

Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição Especial de Cartografia Histórica: 817-836
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
ISSN: 1808-0936

DANIEL PEDRO MÜLLER E A TRAJETÓRIA DE SEU *MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO* (1835-1842)

Daniel Pedro Müller and the Trajectory of his “Mappa Chorographico da Província de São Paulo” (1835-1842)

José Rogério Beier¹

¹Universidade de São Paulo - USP

Departamento de História - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária – São Paulo/SP, Brasil – CEP: 05508-900
rogerio.beier@usp.br

Recebido em 06 de Setembro, 2012/ Aceito em 17 de Janeiro, 2013
Received on September 06, 2012/ Accepted on November 17, 2013

RESUMO

Este artigo tem por objetivo acompanhar a trajetória da produção do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1837), primeiro mapa impresso da então província que, àquela época, ainda incorporava o atual estado do Paraná. Através de documentos levantados principalmente no Arquivo do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, conseguimos reconstituir toda a linha de produção do mapa, desde a sua encomenda (1835), passando por detalhes de seu desenho (1836-1837) e ordem de impressão na França (1841), até chegarmos à apresentação das cópias já impressas aos deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo (1842). A partir dessa reconstituição, além de explicitarmos o público original a quem o mapa era destinado, também conseguimos entender melhor as razões que levaram à criação do mesmo, os motivos de mandá-lo imprimir e na França, comparar o contexto político que levou à produção deste mapa com o de cartas anteriores e sugerir mudanças no foco da produção cartográfica de São Paulo no período que sucedeu a Independência do Brasil, quando comparado com o período pré-independência.

Palavras chaves: Cartografia Histórica, São Paulo, Daniel Pedro Müller.

ABSTRACT

This paper aims to follow the production trajectory of the *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1837), first map pressed of this province which, up that time, still has the actual Paraná state incorporated to its territory. Through documents researched mainly in the *Arquivo do Estado de São Paulo* and *Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, we got to rebuild all the production line of this map, since its ordering (1835), passing through details of its design (1835-1837) and printing on France (1841), until we finish its way when it has its copies presented to the representatives of the Assembleia Legislativa de São Paulo (1842). From this reconstitution, more than explicit the original public to who the map was destined, we also got to understand better the reasons which leads to the creation of the map, the reason why it has to be pressed and why in France, to compare the political context which leads to the production of this map with the political context of the previous maps and suggest some changes in the focus of the cartographic production of São Paulo in the period which succeeded the Brazilian independence compared with the previous period pre-independence.

Keywords: Historic Cartography, São Paulo, Daniel Pedro Müller.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida desde o princípio de 2012 junto ao programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O principal objetivo do artigo é, partindo da documentação administrativa mantida no Arquivo Público do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo, reconstituir a trajetória de produção do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo (1841)* no período decorrido desde a sua encomenda, em 1835, até a apresentação de suas cópias aos deputados da assembleia provincial, em 1842. Neste sentido, busca-se estudar os contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo do mapa, entendendo-o tal como propõem Ulpiano Bezerra de Meneses, não como mera abstração, mas como “*coisas materiais, [que] constituem objetos físicos, artefatos*” (MENESES, 2005, p. 51).

Portanto, seguindo a proposta de Meneses, se o mapa é, antes de mais nada, um objeto tridimensional (e não somente uma abstrata projeção de três dimensões num plano), ele está imerso na vida social e em suas contingências, sendo também possível traçar-lhe uma biografia (MENESES, 2005, p. 52).

Também pretende-se destacar a importância dos acervos documentais não cartográficos como manancial de fontes complementares às pesquisas na área da História da Cartografia. Sem o recurso de tais fontes, não teria sido possível compreender com profundidade os contextos social, político e econômico determinantes na produção deste *artefato cultural*.

Ao utilizar mapas como fonte de pesquisa histórica, é comum que o pesquisador inicie seu trabalho a partir do próprio mapa em si, isto é, fazendo uma análise minuciosa de cada detalhe da carta analisada. No caso específico do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, há um cartucho rico em informações, indicando não apenas o título do mapa, mas também seu autor e ocupação, *Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros*; o ano em que o desenho foi concluído, 1837; a quem foi dedicado, *o Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo*

Jozé Pinto Gavião Peixoto, Presidente desta Provincia; e o local onde foi impresso, *nas oficinas de Alexis Orgiazzi*, tal como demonstra o cartucho do mapa destacado na figura 1 logo abaixo.

Contudo, para além do cartucho, outras informações mais técnicas podem ser obtidas através de uma observação mais detida da carta, como por exemplo, a projeção utilizada por Müller, a escala do mapa, ou ainda, qual meridiano foi utilizado como referência para sua elaboração. Desta forma, vê-se que um mapa fornece excelentes indícios não apenas de si próprio, mas também do cartógrafo que o produziu e da sociedade da época que aparece representada nas diferentes camadas de significados impregnadas em sua folha. Como bem aponta o historiador britânico J. B. Harley, “*todos los mapas están relacionados com el orden social de un período y un lugar específicos*”, isto é, através de uma metodologia própria, deve-se buscar compreender o que o mapa significava para a sociedade que o fez e o utilizou pela primeira vez (HARLEY, 2005, p. 72).

Desta forma, entende-se que análise do objeto cartográfico como fonte documental, juntamente com a investigação dos indícios suscitados em fontes documentais complementares, resultará em uma compreensão mais aprofundada da sociedade da época em que este mapa foi produzido.

2. O MAPA E SUA ENCOMENDA

De início, buscou-se compreender qual



Fig. 1 - Cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. (MÜLLER, 1837, 1 mapa: 148 x 140 cm).

razão teria levado Müller intitular seu mapa como *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, isto é, o que o termo “Chorographico” teria a dizer a respeito do mapa e qual razão fez com que seu autor preferisse este termo ao invés de outros, como Mapa Geográfico ou simplesmente Mapa da Província de São Paulo?

O *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, publicado por Rafael Bluteau entre os anos de 1712 a 1728, traz a seguinte definição para o termo *Corografia* tal como este era compreendido na primeira metade do século XVIII:

“COROGRAFIA, *Corografia, ou Topografia, que no primeyro vocábulo, Cora, em Grego, quer dizer Região, & no segundo, Topos, quer dizer Lugar, & em ambos, Graphi significa Descrição. He pois Corographia, descrição de qualquer lugar, pays ou Região particular e nisto differe Corographia de Geografia, que assim como a pintura de um homem, com todas as partes e proporçoens de membros, he diferente da pintura de um braço sómente, ou de qualquer outra parte separada. Assim, a geografia he como huma pintura de toda a terra com suas partes, e demarcaçoens, & a Corographia trata somente de alguma terra em particular, sem ordem nem respeito às outras, empregando-se mais nos accidentes, & qualidades da terra, como são portos, quintas, edificios, &c”*. (BLUTEAU, 1712-1728, v2, p. 556).

Outro dicionário, publicado em 1832, data mais aproximada da publicação do mapa de Müller, reitera a definição que se encontrou em Bluteau: “*Corographia – s.f. Descrição de huma terra em particular*” (PINTO, 1832, s/p). Atualmente, Céurio Oliveira, em seu Dicionário Cartográfico publicado em 1980, ainda apresenta uma definição semelhante para o vocábulo *Corografia*, embora destaque que o termo tenha ficado “*obsoleto por seu caráter apenas descritivo*”. (OLIVEIRA, 1980, p. 89).

Destarte, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* recebeu este nome, pois o objetivo que se pretendia para ele era descrever uma região específica do Brasil, nomeadamente, a Província de São Paulo e não o conjunto de

todo o país.

Assim, um mapa desenhado em 1837, por um marechal reformado do Corpo de Engenheiros, contendo uma dedicatória ao então Presidente da Província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, impresso na cidade Paris e com o objetivo de descrever a Província de São Paulo foram alguns dos indícios levantados pela análise inicial do mapa. Além do marco temporal, identificaram-se dois personagens e mais informações importantes que serviram de base para pesquisar os detalhes sobre a encomenda da carta nos acervos dos arquivos que mantém a documentação administrativa da então Província de São Paulo.

Pesquisando os acervos em busca de leis promulgadas a partir do ano de criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1835, até o ano em que o mapa teve seu desenho concluído, 1837, encontrou-se a informação de que, nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia, foi aprovada a Lei nº 16, de 11 de abril de 1835, que decretava a “*redacção e impressão da estatística da provincia*”, como demonstra o trecho destacado na figura 2, abaixo. (SÃO PAULO, Lei n. 16, de 11 de abril de 1835).

Como pode-se observar no trecho em destaque, o texto da lei descrevia exatamente o que deveria constar na estatística a ser levantada, muito embora sem menção alguma a quem deveria redigir a estatística, além de não especificar que, junto a ela, também deveria ser produzido um mapa provincial.

No discurso de abertura das sessões ordinárias da Assembleia, aos sete de janeiro de 1836, o então presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro expôs aos deputados da dita Assembleia o estado dos trabalhos referentes à estatística que havia sido encomendada pela lei do ano anterior:

“Era evidente o excellente resultado que havia de trazer ao governo a realização de uma estatística levantada de accôrdo com a lei provincial de 11 de abril de 1835. Foi incumbido deste serviço o marechal Daniel Pedro Müller, aguardando-se a conclusão dos trabalhos para serem presentes ao Poder Legislativo as informações seguras sobre muitos e diversos ramos da pública adminis-

Lei n. 16—de 11 de Abril de 1835.

Rafael Tobias de Aguiar, Presidente etc.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a despende o que for necessario para a redacção e impressão da estatística da provincia, a qual deve conter o seguinte:

1.º Numero total de habitantes da provincia com as especificações abaixo declaradas.

2.º Numero de municipios, freguezias, e capellas curadas; distancia dos limites de cada um; numero de habitantes livres e escravos de cada um, com a especificação de homens e mulheres, classificados segundo suas idades em secções de dez annos, e segundo seu estado de cazado viuvo, e solteiro, declarando-se quanto aos ultimos os maiores de 30 annos, e menores desta idade; igualmente seu numero de fogos, e de estrangeiros naturalizados, ou não naturalizados, e das pessoas que sa-

— 13 —

bendo ler e escrever, e tendo meios de honesta subsistencia possam ser empregadas em cada um dellas nos diferentes cargos, que nos mesmos se faz necessario.

3.º Numero de comarcas; extensão de cada uma; que termos comprehende; e cada termo quantas villas, e freguezias contem; qual a distancia das villas entre si, e as suas freguezias, e capellas, calculada pelas estradas e trajecto por agoa; o numero de causas civis de qualquer juizos pertencentes a cada uma das villas no ultimo anno; o numero de jurados que dá cada uma dellas, igualmente os crimes perpetrados no ultimo anno em cada comarca, designando-se sua qualidade, quantidade, o numero de accusados, especificando-se destes, quantos os homens ou mulheres, livres ou escravos, absolvidos ou condemnados.

4.º Numero de nascimentos e obitos em cada comarca no ultimo anno, designando-se o sexo, e se são pessoas livres ou escravas; igualmente o de cazamentos de cada um destes.

Fig. 2 - Trecho da Lei n. 16 que decreta redacção e impressão da estatística provincial de São Paulo. Fonte: Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

tração”. (EGAS; MELLO, 1926, p. 58).

Constata-se aqui que já aparece o nome de Daniel Pedro Müller como responsável pelo levantamento da estatística, ainda que sem nenhuma menção ao mapa. No entanto, dois anos depois, aos sete de janeiro de 1838, no discurso de abertura das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa Provincial, o então presidente da Província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (a quem o mapa havia sido dedicado), dá a seguinte notícia aos deputados ao falar sobre a estatística:

“As memorias e quadros organizados pelo marechal Daniel Pedroso (sic) Müller, já se acham na typographia, e espero que cheguem a vossa presença no decurso da presente Sessão, menos o grande mappa Chorographico da Provincia porque o mandei lytographar em França, por não ser possível conseguir este trabalho com perfeição e preço rasoável dentro do Império”. (EGAS, 1923, p. 63)

Embora a Lei n.º 16 que acabou por encomendar a redacção e impressão da estatística da Província não faça menção alguma ao desenho de um mapa corográfico, não cabe erro afirmar

que tanto a confecção do mapa como a produção da estatística foram encomendadas em conjunto pela Lei n.º 16. Mais que isso, o discurso do presidente Bernardo José Pinto Gavião Peixoto revela que, em razão de o mapa ter sido enviado a Paris para ser “*lytographado*”, o mesmo não pode ser publicado junto com a estatística que, por sua vez, já estava na tipografia e acabou sendo publicada naquele mesmo ano de 1838 com o título de *Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de S. Paulo*. Segundo o próprio Gavião Peixoto, o mapa havia sido mandado “*litografar*” na França por motivo técnico e econômico. Mais adiante, na seção dedicada à impressão do mapa, se tratará com maior detalhe das razões que levaram a Assembleia Legislativa e o presidente da Província a mandar imprimir a carta de Müller na França.

3. BREVE PERFIL BIOGRÁFICO DE DANIEL PEDRO MÜLLER

Sobre “*Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos engenheiros*”, encontram-se muitas informações contraditórias a respeito de diversos aspectos de sua vida nos dicionários, enciclopédias, perfis biográficos e vários dos trabalhos bibliográficos dedicados a esse engenheiro militar. Tais contradições fizeram com que fosse necessário buscar mais informações em outros tipos de fontes, tais como periódicos da época, um necrológio publicado nos primeiros números da Revista do IHGB, no inventário de Müller ou nos muitos officios que se encontram guardados nos acervos pesquisados. Com isso foi possível diminuir algumas das inconsistências da biografia de Müller, como a data e a possível causa de sua morte, por exemplo.

Daniel Pedro Müller foi um engenheiro militar português, filho de Ana Isabel Müller e João Guilherme Cristiano Müller, ambos de origem alemã. Sua data de nascimento é incerta, havendo grande divergência entre seus biógrafos em relação a este tema. Affonso d’Escragnole Taunay, com base “*em uns autos de justificação, em que ocorre um depoimento de Müller*”, afirma ter visto que no ano de 1814, Müller contava com 45 anos de idade e, portanto, conclui que este teria nascido em 1769 (TAUNAY, 1936, p. 356). O coronel Laurênio Lago, sem informar sua fonte, é o único que mantém o ano de 1769 referido por

Taunay. (LAGO, 1938, p. 24); Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliographico Brasileiro*, dá o ano de 1785, embora também não cite a fonte (SACRAMENTO BLAKE, 1898, p. 160). Já Honório de Syllos, na introdução da terceira edição do *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, julgou ser 1775 o ano mais provável do nascimento do marechal Müller (SYLOS, 1978, p. XV). Portanto, considerando esses autores, há uma diferença de dezesseis anos entre as datas de Taunay (1769) e Sacramento Blake (1785).

Contudo, foi no Arquivo Histórico Militar de Lisboa que encontrou-se a documentação para dirimir definitivamente esta dúvida. Segundo o livro-mestre dessa instituição, Müller nasceu na cidade de Oeiras aos 26 de dezembro de 1785. (AHM. Cx. 693, D-1-6-38, D1-7-45-48, D1-7-9-5).

Aos dez anos de idade, em 1795, Daniel Pedro Müller assentou praça como cadete do regimento de artilharia da corte, tendo frequentado as aulas do curso de matemática da Real Academia de Marinha, como informa o seguinte documento, datado de 13 de outubro de 1798:

“Diz Daniel Pedro Müller, Cadete do Regimento da Artilheria da Corte, que elle frequentou as Aulas da Real Academia de Marinha, onde foi approvado nas Materias que se tratarão no primeiro e segundo anno do Curso de Mathematico, como mostra pelos Documentos juntos, e porque se destina a entrar no Corpo dos Engenheiros, e o não pode fazer sem ser matriculado. (...) Foi aprovado plenamente nos exames que fez no 1º e 2º anos. Teve prêmio no fim do 1º anno e licença de S. Mg.” (AHM. Processo do ex-aluno da Escola do Exército Daniel Pedro Müller, maço nº1, processo nº 58).

Müller chegou a São Paulo no ano de 1802, como ajudante de ordens do então governador da capitania, o capitão general Antônio José da França Horta, cargo em que permaneceu até o fim do mandato deste Capitão-General, em 1811. Em seguida, passou ao corpo de engenheiros, onde realizou muitas obras como a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo e a pirâmide e chafariz do Piques, em 1814 (atual

Largo da Memória, no Anhangabaú). Além disso, também se destaca *“o magnífico aterrado, que vai de Santos a Cubatão em distância de duas léguas, todo sobre um terreno de ambos os lados alagadiço”*. (SERQUEIRA, 1841, p. 542).

De sua atuação como militar, participou como membro do governo provisório da Província de São Paulo, tendo sido aclamado pelo povo e tropa em 23 de junho de 1821. (MARQUES, 1954, p. 212). Deste período em específico, seus biógrafos destacam a atuação de Müller como comandante do 2º Batalhão de Caçadores no restabelecimento da ordem na então Vila de Santos, após sublevação da tropa de linha chefiada por Francisco José das Chagas, o *Chaguinhas*. (SYLLOS, 1978, p. XIII). Quatro anos mais tarde, em 1825, já como brigadeiro, participou da guerra movida pelo Império do Brasil contra Buenos Aires, sendo enviado a Montevideú, onde atuou como ajudante-general e comandante da praça (SERQUEIRA, 1841, pp. 542-543). Tão logo a paz foi restabelecida, regressou ao Brasil, onde assumiu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, permanecendo nesta cidade um curto espaço de tempo, retornando pouco depois a Província de São Paulo (SYLLOS, 1978, p. XIV).

Sua reforma do serviço militar foi concedida após solicitação e veio através do decreto de 01 de junho de 1829, tendo se reformado no posto de marechal de campo. (LAGO, 1938, p. 24).

Em 1835, recebeu da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, a encomenda de organizar uma estatística e um mapa provincial. Anos mais tarde, Müller tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839. A partir de então o marechal passou a oferecer ao IHGB memórias que havia coletado durante sua vida, cópias dos seus catecismos e, até mesmo, uma cópia de seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (IHGB. *Divisão de Manuscritos*. Coleção Instituto Histórico, lata 141, pasta 69). Infelizmente, tanto o mapa quanto os últimos catecismos escritos por Müller acabaram sendo apresentadas postumamente em sessões aos sócios do Instituto. (BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 59).

A data de seu falecimento é, também, motivo de alguma confusão até hoje. Em 1879, Azevedo

Marques publicou em seus apontamentos que o marechal Müller teria falecido em 01 de agosto de 1842. Diversos autores basearam seus textos nos apontamentos de Azevedo Marques, como Taunay, Eugenio Egas e Antonio Barreto do Amaral, e simplesmente repetiram acriticamente que Daniel Pedro Müller teria morrido em 01 de agosto de 1842. Até mesmo trabalhos recentes, como a tese de doutorado de Airton José Cavenaghi, incorrem no mesmo erro (CAVENAGHI, 2004, p. 75). Contudo, um ofício datado de 08 de janeiro de 1842, sete meses antes da data de morte publicada por Azevedo Marques, já dava indícios de que o marechal Müller havia falecido antes da data apontada por Marques:

“De ordem do Exmo. Sñr. presidente da Provincia tenho a honra de passar às mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do Mappa Chorographico d’esta Provincia, desenhado pelo fallecido marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia.(...)” (AH-ALESP, “Ofícios”, caixa 396, n.EE42.022).

Para dirimir quaisquer dúvidas, foram pesquisados periódicos da época que pudessem ter noticiado a morte de Müller e encontrou-se, na edição de número 193 do Diário do Rio de Janeiro, publicada em 30 de agosto de 1841, a notícia da morte de Müller. Na página dois, na seção “*Communicado*”, foi publicada uma “*Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*”, de onde destaca-se o seguinte trecho:

“(...) O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de optimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe! (...) Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1.º de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na

cidade de S. Paulo”. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1841, p. 2).

Portanto, mais do que a data da morte, o necrológio traz também a informação do horário aproximado em que essa teria ocorrido, embora ainda não mencione o que teria levado o marechal a falecer.

Cabe ainda lembrar que, em 1912, Antonio Egydio Martins encontrou no Arquivo Público do Estado um *Aviso* de autoria de José Clemente Pereira, então ministro da Guerra, dirigido ao presidente da província de São Paulo e datado de 18 de agosto de 1841, no qual constam diversas informações que foram assim apresentadas por Martins:

“Por ocasião do falecimento, a 1º de agosto de 1841, do Marechal Daniel Pedro Müller, o ministro da Guerra dirigiu ao presidente da antiga Província de São Paulo o aviso seguinte: (...) Aviso de 18 de agosto de 1841, em resposta do ofício desta presidência sob nº 137 de 6 do mesmo mês.

Ilmo. e Exmo. Sr. – Levei à Presença de Sua Magestade O Imperador o ofício sob nº 137, de 6 do corrente mês em que V. Exª. participa o lastimoso fim do Marechal de Campo reformado Daniel Pedro Müller; cuja perda, por uma maneira tão deplorável, muito sensibilizou o Paternal Coração do Mesmo Augusto Senhor. E respondendo a outra parte do citado ofício, em que V. Exª pondera a falta que faz ao serviço público da Província de São Paulo tão bom servidor do Estado; comunico a V. Exª, que nesta data se expedem as convenientes ordens para que o 1º Tenente de Engenheiros Manuel José de Araújo parta quanto antes, a apresentar-se a V. Exª – Deus Guarde a V. Exª – Palácio do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1841 – José Clemente Pereira – Sr. Presidente da Província de São Paulo”. (MARTINS, 2003, pp. 478-479).

Com base nos documentos mencionados acima, fica esclarecida a data da morte de Daniel Pedro Müller, 01 de agosto de 1841, por volta das 17 horas. Contudo, a causa da morte é pouco mencionada nos livros e documentos que tratam da biografia de Müller. Mesmo quando

mencionada, geralmente segue acompanhada de adjetivos como “trágica”, “lastimosa”, ou “deplorável”, tal como no Aviso do ministro da Guerra reproduzido acima.

Tal incômodo deve-se ao fato de Müller ter possivelmente se suicidado por afogamento no rio que corria próximo à sua propriedade, no bairro de Pinheiros, em uma chácara que “cobria mais de 400 mil metros quadrados, denominada Água Branca”. (AMARAL, 1985, p. 60). Para escrever sobre Müller, Amaral faz referência ao artigo de Francisco de Assis Carvalho Franco: “Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller”. Publicado na *Revista de Estudos Genealógicos*, em 1939, o artigo traz nada menos do que a transcrição do inventário de Müller, que havia caído em suas mãos “por nimia gentileza do sr. Moacyr D’Avila, digno tabellião do primeiro officio civil desta capital”. (FRANCO, 1939, p. 28).

Segundo o inventário, “Müller estava individado pelo facto da publicidade das suas obras” (FRANCO, 1939, p. 30). De acordo com apontamentos do próprio marechal neste documento, ele devia 1:500\$000 a Antônio da Silva Prado; 980\$000 a um Sr. Antônio Barbosa; 190\$000 ao Sr. Francisco José de Azevedo e 600\$000 ao Sr. Tobias, que era ninguém menos que Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província de São Paulo, de agosto de 1840 a julho de 1841. (FRANCO, 1939, p. 30). Somente com os valores que aparecem listados no inventário, as dívidas de Müller perfaziam um total de 3:270\$000. A título de comparação, os escravos arrolados no mesmo inventário (dezesseis) foram avaliados entre 525\$000 e 300\$000 cada, para os adultos.

Vale destacar que, como tentativa de levantar dinheiro para saldar suas dívidas, Müller adotou uma estratégia que acabaria afundando-o ainda mais, como ele mesmo descreve:

“Por ultimo convem notar que quando eu vi que devia ao Sr. Barbosa 400\$000 e ao Sr. Tobias 600\$000 foi quando me dei ao trabalho de fazer os meus trabalhos literários de que contava lucro, pois nunca desejei empenhar-me, eis senão quando o Faria, sem calculo, vai mandando imprimir a obra, eu fiquei alcançadissimo, por falta de meios delle procedentes, queria nisso obsequiar-me,

é o que julgo, para depois de completo tudo para se indemnisar. (...) Eis ahi como ocorreu a minha desgraça, desejando fazer bem a minha casa, fiz tanto mal!!!” (FRANCO, 1939, p. 30).

Portanto, a morte de Daniel Pedro Müller, deu-se por afogamento, tendo seu corpo sido encontrado junto à ponte do rio Pinheiros (SANT’ANNA, 1952, p. 66). Müller deixou seis filhos, sendo cinco mulheres e um homem, todos de seu primeiro casamento, com Gertrudes Maria do Carmo. (FRANCO, 1939, p. 29).

4. NECESSIDADES DE SE IMPRIMIR NOVOS MAPAS

Nos Anais da Assembleia Legislativa Paulista para o ano de 1835, encontramos a informação de que na 8ª sessão ordinária, realizada em 11 de fevereiro daquele mesmo ano, foi lido o seguinte parecer:

“A Comissão de Commercio e Industria e Trabalhos Publicos á vista da representação do Cap. João M. de Miranda Rezende em que indica os pontos de direccção que se deve tomar para a abertura das estradas para Goyaz e Cuiabá não pôde dar um parecer por falta de Mappa Provincial, por isso é de parecer se pessa ao Governo um Mappa da Provincia para a vista delle fundar as suas razões de conveniência, e satisfazer com seu parecer”. (EGAS; MELLO, 1926, p. 54)

Como visto, uma representação enviada a campo para dar seu parecer sobre quais seriam os melhores pontos para a construção de estradas em direção a Goiás e Cuiabá, se diz impossibilitada de fazê-lo por não possuir um “Mappa Provincial”. Para solucionar o problema, a representação solicita, por fim, que a Assembleia envie o referido mapa para que se possa dar um parecer definitivo.

Dias depois, aos 17 de fevereiro de 1835, durante a 11ª sessão ordinária da Assembleia, o secretário lê um ofício enviado pela Secretaria de Governo em resposta a esta solicitação:

Apresentei ao Exmo. Sr. presidente o officio de V. S. datado de 14 do corrente, em que communica haver a Assembléa Legislativa Provincial resolvido que se pedisse ao Governo hum mappa da

Provincia para á vista delle a Comissão de Industria, Commercio e Trabalhos Publicos emittir a sua opinião sobre os negócios commettidos ao seu exame; e S. Exc. Ordenou que enviasse o único mappa que há na Secretaria deste Governo pedindo a restituição delle logo que for possível. (EGAS; MELLO, 1926, p. 63).

Há uma série de ofícios e pareceres semelhantes a estes nos *Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo*, entre os anos de 1835 a 1841. Tais documentos evidenciam que os mapas provinciais e plantas de cidades tinham um uso bastante prático, servindo para a orientação na construção e/ou manutenção de obras públicas, tais como estradas ou pontes.

Além disso, sabe-se que os mapas provinciais anteriores ao produzido por Müller, em 1837, eram todos manuscritos, com um número de cópias bastante limitado, ficando estas guardadas nas secretarias do governo provincial. Fato que, por si só, revela a necessidade de se fazerem mapas impressos da Província para que, através de suas chapas, se pudessem garantir futuras reimpressões.

Outro aspecto que colabora para a compreensão do por que a Assembleia Legislativa estava encomendando a produção de um mapa provincial impresso, é o próprio contexto político das Reformas Liberais ocorridas no Brasil após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, especialmente a relativa autonomia conferida às elites políticas regionais através do Ato Adicional de 1834. O Ato Adicional, com a consequente criação das Assembleias Legislativas Provinciais, delegou à elite de cada Província parte do poder tributário, coercitivo e legislativo a ser exercido na região, transformando a natureza dos poderes locais em relação ao Rio de Janeiro. (DOLHNIKOFF, 1993, p. 10).

Fazendo uma análise comparativa, em artigo no qual discorre sobre a construção do Estado nacional espanhol no século XIX a partir de novos modos de governar o território, o historiador espanhol Juan Pro Ruiz observa que tão logo a divisão provincial da Espanha foi aprovada, em 1833, era imperativo que o novo aparelho estatal administrativo dispusesse de mapas que lhe permitisse o conhecimento do território. (RUIZ, 2007, pp. 189). Destaca

ainda que era necessário criar uma cartografia de Estado e, nesse contexto, delegou-se ao chefe político a responsabilidade de levantar o mapa de sua própria província. Para tal fim, fundou-se em 1835 a Escola de Engenheiros Geógrafos, com o objetivo de levantar um mapa topográfico nacional conforme proposto pelo diretor nomeado para essa Escola, Domingos Fontán. (RUIZ, 2007, pp. 189).

No caso de São Paulo, foi somente a partir da conquista da relativa autonomia tributária que o então recém-constituído governo provincial pôde tocar adiante uma política econômica orientada para o desenvolvimento material da Província, de modo que a necessidade de investir no crescimento da agricultura de exportação materializou-se na forma do reinvestimento dos recursos arrecadados nas barreiras localizadas em estradas que transportassem a produção do interior da Província ao porto de Santos.

Assim, da mesma forma que na cartografia de Estado espanhola, tal como descrito por Ruiz, tornava-se extremamente necessário à elite política de São Paulo o conhecimento detalhado de sua Província, especialmente quanto à sua capacidade tributária, para que, desta forma, pudessem planejar os investimentos e exercer os novos poderes com a relativa autonomia que acabavam de receber Governo central.

Não por acaso, na mesma época em que aprovou as leis que encomendaram a estatística e o mapa provincial, a Assembleia também decretou outras duas leis muito relevantes neste contexto: a Lei nº 10, que criava na capital o Gabinete Topográfico, uma escola com o fim de formar engenheiros construtores de estradas aos alunos que concluíssem seu curso (SÃO PAULO, Lei nº. 10, de 24 de março de 1835); e a Lei nº 11, que determinava a criação de Barreiras em todas as estradas já existentes ou que se abrissem a partir da promulgação da lei. Barreiras estas que estabeleciam taxas que deveriam ser reaplicadas em obras nas mesmas estradas. (SÃO PAULO, Lei nº 11, de 24 de março de 1835).

Fica evidente que, além das necessidades práticas para resolver problemas específicos na construção e manutenção de estradas e pontes no interior da Província, havia também motivações políticas, administrativas e econômicas por trás da encomenda deste mapa. Do ponto de

vista econômico, por exemplo, a dinâmica que impulsionava a expansão das lavouras açucareira, nas primeiras décadas do século XIX, e cafeeira nas décadas posteriores, revelam um grande interesse por parte dos fazendeiros paulista, muito bem representados na Assembleia Legislativa Provincial, na expropriação de terras, não só dos aldeamentos indígenas, mas também dos índios não aldeados. Isso em função da premente necessidade de novas terras para a expansão de sua produção, uma vez que esta não se deu por inovações tecnológicas, mas pela expansão da lavoura através da aquisição de novas terras e mão-de-obra. Para isso, a criação de um artefato cultural que reforçasse as políticas indigenistas assimilacionistas do Império através do discurso de uma vasta área representada como “desconhecida” e “desabitada” viria bem a calhar tanto para a administração provincial, quanto para os fazendeiros.

Politicamente, o uso da representação do interior da província como “*Sertão desconhecido*”, isto é, um vasto espaço “desconhecido” e “desabitado”, porém, circunscrito a uma área muito bem delimitada e demarcada, isto é, a Província de São Paulo, demonstra claramente o interesse da administração provincial em garantir sua posse sobre uma área tida como “desocupada”, mas que, em algumas partes, poderia despertar disputas com outras Províncias. Daí a importância de se imprimir diversas cópias para enviá-las aos órgãos administrativos da Corte e das demais províncias do Império.

5. O DESENHO DO MAPA POR DANIEL PEDRO MÜLLER

Após a Assembleia Legislativa Provincial encomendar o mapa em conjunto com a estatística da Província, em 1835, foram necessários dois anos para que Daniel Pedro Müller concluísse o desenho da carta a qual foi incumbido. Foi somente em 1837, portanto, é que o mapa ficou disponível para que se decidisse sobre os procedimentos de impressão.

Procurando elucidar como se deu a elaboração do desenho desta carta, buscou-se por trabalhos que dessem notícias quanto às diferentes fontes utilizadas por Müller na confecção de sua carta, bem como considerações de estudiosos da cartografia quanto à acurácia e qualidade do trabalho realizado por Müller.

A preparação de um mapa como este exige não apenas conhecimento específico, mas também boa experiência e uma vasta quantidade de informações sobre o território a ser cartografado. Era bastante comum que os cartógrafos partissem de uma boa carta já existente e seguissem complementando ou corrigindo o que não estivesse de acordo com novas informações obtidas em novas expedições e informações obtidas em campo. Este parece ter sido o caminho do marechal para a confecção de seu mapa e, talvez por isso mesmo, o próprio Müller refira-se a si mesmo como *compositor* do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* na dedicatória que escreveu a Bernardo José Pinto Gavião Peixoto no cartucho de sua carta, onde se lê: “*com reconhecimento de amizade do compozitor [sic]*” (ver figura 1).

Daniel Pedro Müller recolheu uma grande quantidade de notas pessoais e conhecia todas as expedições e repertório cartográfico existente até 1837, como as de Antônio Rodrigues Montezinho, João da Costa Ferreira, Rufino José Felizardo e Costa, Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e José Joaquim de Abreu (TAUNAY, 1922, p. 7). Além disso, o marechal já tinha boa experiência no desenho cartográfico, uma vez que já havia sido solicitado a levantar um mapa para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava, ainda em 1815, e também uma carta geográfica e estatística da capitania de São Paulo, “*a imitação do de Mr. Le Sage*”, naquele mesmo ano de 1815. (CHICHORRO, 1873, p. 208). Abaixo, detalhe do Mapa do Campo de Guarapuava desenhado por Daniel Pedro Müller e localizado no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Assim, dada a experiência e a quantidade de informações que Müller havia conseguido coligir sobre a província de São Paulo em todos os anos em que ali esteve, é possível compreender-se por que a Assembleia encomendou a este ex-agente da Coroa portuguesa a confecção do mapa provincial.

Também recorreu-se à Taunay para falar sobre a acurácia do mapa desenhado por Daniel Pedro Müller. Segundo o antigo diretor do Museu Paulista, o perfil da costa desenhado por Müller, “*tem muita cousa perfeitamente exacta, e muitas latitudes nelle marcadas correspondem aos pontos certos*”. Contudo,

Taunay também reconhece muitas lacunas no mapa, tal como a confluência dos rios Grande e Paraíba, equivocadamente situadas. Mas, segundo este autor, é na descrição do interior das terras onde estão os maiores equívocos do mapa. Para ele, “*não existe curso de rio que corresponda à realidade de sua posição*”, além disso, também destaca a escassez de informações geográficas sobre o interior, representado em uma grande área que aparece identificada como “*Sertão Desconhecido*” (TAUNAY, 1922, p. 7), conforme ilustrado no trecho recortado do mapa e apresentado na figura 3.

Embora o termo “*Sertão Desconhecido*” apareça no mapa de Müller, o mesmo não foi introduzido ou criado por ele, como afirma Airton José Cavenaghi em sua tese de doutorado. (CAVENAGHI, 2004, pp. 80-81). Tal expressão já era utilizada em mapas do século XVIII e XIX, como num mapa manuscrito que encontra-se guardado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, intitulado *Mappa da Capitania de São*



Fig. 3 - Detalhe do Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor... (MÜLLER, [c. 1815], 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm).



Fig. 4 - Detalhe de representação do oeste paulista no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. (MÜLLER, 1837, 1 mapa: 148 x 140 cm).

Paulo, que foi copiado pelo Barão de Eschwege do original do tenente coronel de engenheiros João da Costa Ferreira, datado de 1811.

Em livro intitulado *Território e História do Brasil*, o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes faz uma breve caracterização geográfica da colônia para, em seguida, definir a categoria “*fundos territoriais*” como uma das unidades formadoras do território colonial. Segundo Moraes, o processo de colonização avança a partir de “*zonas de difusão*”, isto é, núcleos de assentamento original que funcionam como base para os movimentos expansivos posteriores. De modo que, a consolidação desses núcleos em uma rede, com o estabelecimento de um povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos regulares entre eles cria o que denominou de “*região colonial*”. (MORAES, 2005, p. 69).

Além desses conjuntos regionais, Moraes ainda destaca que o território colonial também é composto por áreas de trânsito sem ocupação perene, *lugares recém-ocupados* sem colonização consolidada e, por fim, dos *fundos territoriais*. Estes últimos seriam constituídos por:

“*(...) áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia*” (MORAES, 2005, p. 69).

Embora ao definir a categoria “*fundos territoriais*” Moraes esteja referindo-se ao processo de ocupação do espaço colonial, entende-se que, mesmo após os processos de independência das colônias americanas, pode-se pensar a ocupação do interior dos novos Estados nacionais a partir daquela antiga dinâmica, inclusive através dos mesmos conjuntos regionais formadores do território, agora não mais colonial, mas sim, nacional.

Nesse sentido, Ilmar Rohloff de Mattos chama atenção para o fato de os construtores do Estado imperial, herdeiros de um vasto território unificado e contíguo, terem introduzido uma nova concepção de Império que se distinguia da

anterior por estar referida a um Estado-nação. “Nesta outra concepção, na qual um Império = um Estado = uma Nação, o território recebia uma nova significação, ele era imaginado, agora, como um território nacional”. (MATTOS, 2007, pp. 589-608). Esta operação de transmutação de território colonial para território nacional por parte dos construtores do Estado imperial levou Mattos a concluir que o novo Império do Brasil deveria conformar-se ao território que herdara o que, por sua vez, pressupunha uma expansão diferente. “Uma expansão para dentro, em direção aos brasileiros – o conteúdo de um vasto continente, o território nacional do Império do Brasil”. (MATTOS, 2007, pp. 589-608).

Assim, se no período colonial a metrópole era um dos núcleos irradiadores de um dinamismo que impulsionava o avanço do movimento colonizador, juntamente com iniciativa dos grupos locais, depois da Independência é o Estado nacional, recém-nascido, que assume a responsabilidade de dar o impulso que levará à ocupação dos vastos sertões. No Império do Brasil, delegou-se a cada Província o planejamento e ocupação do interior de seus respectivos territórios, bem como a garantia de suas divisas com as províncias vizinhas e a construção de estradas interprovinciais que integrassem a região. Por sua vez, diante de vastos espaços a ocupar e colonizar, as províncias se utilizaram de uma dinâmica similar à do período colonial, na qual novos povoamentos surgiam a partir de um núcleo anterior e, posteriormente, iam se consolidando em uma rede através do estabelecimento de outros povoamentos em seus entornos e a comunicação entre si por meio de caminhos regulares.

Portanto, ao se construir sobre as estruturas econômicas, políticas e culturais herdadas do período colonial, o Estado nacional surgido após o processo de independência passou a regulamentar ele mesmo a ocupação do seu território a partir de práticas já utilizadas no período colonial, de tal modo que, num contexto político marcado pela relativa autonomia que as províncias passaram a gozar a partir do Ato Adicional de 1834, os grupos governantes locais, da mesma forma como faziam os antigos agentes da Coroa portuguesa – e muitas vezes fazendo uso desses mesmos agentes, como é o caso de Daniel Pedro Müller – seguem olhando para

o vasto território herdado do período colonial como “estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão”, agora não mais da colônia para sua metrópole, mas sim de uma província para o Império do Brasil. Uma província que tem interesse em se expandir e defender seus limites em relação às províncias vizinhas.

Destarte, o “Sertão desconhecido” que reaparece na representação do interior paulista feita por Daniel Pedro Müller no final da década de 1830, pode ser visto como um “fundo territorial” da Província de São Paulo. Uma área de expansão futura da Província a qual os administradores tinham o maior interesse em manter sua posse, utilizando-se, para isso, de instrumentos e estratégias discursivas que passavam pela cartografia.

Não se trata, portanto, de uma ruptura na representação cartográfica do território, mas sim da continuidade de uma prática que vinha desde os tempos coloniais, quando agentes da Coroa portuguesa representavam o território da colônia americana com o objetivo de assegurar a soberania de Portugal sobre os territórios ainda não ocupados. A carta de Müller, ainda que seja a primeira impressa representando a Província de São Paulo, foi totalmente construída sobre as bases de mapas do período pré-independência, desenhada por um ex-agente da Coroa portuguesa e continua mirando para a ocupação do território mapeado da mesma forma como miravam os autores e autoridades responsáveis pelos mapas produzidos no período colonial. O que muda em relação a esta carta é justamente o fato de ela ter sido impressa e, por isso, ter ampliado a quantidade de cópias disponíveis e a circulação do conhecimento geográfico da Província, para ser utilizado de segundo os interesses das elites paulistas.

6. A IMPRESSÃO DO MAPA

Em 1837, ano em que Daniel Pedro Müller concluiu seu mapa, não seria tarefa das mais fáceis conseguir a impressão de uma carta nas proporções daquela desenhada por Müller. No Brasil, a imprensa desembarcou junto com a transferência da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, passando a funcionar naquele mesmo ano, tendo publicado, dentre outras obras, um livro de autoria de José da Silva Lisboa,

futuro Visconde de Cairu, *As observações sobre o comércio franco...* Em São Paulo, a imprensa era ainda mais recente e sua instalação na capital esteve intimamente ligada à criação da Academia de Direito, instituída por decreto de 11 de agosto de 1827 (SEMERARO, 1979, p. 18). Segundo Rubens Borba de Moraes, a instalação da Academia em São Paulo criou a necessidade de se imprimir ali manuais para os alunos. Não por acaso, um dos primeiros livros publicados na capital paulista foi um volume impresso em 1836 na Tipografia de Costa Silveira, intitulado *Questões sobre presas marítimas*, de José Maria de Avelar Brotero, primeiro lente da Academia de Direito. (MORAES, 2005, p. 189). Dois anos mais tarde, a mesma tipografia acabaria publicando o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, de Daniel Pedro Müller. A figura abaixo, traz o detalhe dos frontispícios dessas duas obras publicadas pela Tipografia de Costa Silveira e que estavam entre as primeiras publicações impressas de São Paulo.

Desta forma, também deve-se levar em conta como o estabelecimento da imprensa e a impressão de livros ainda era incipiente em São Paulo ao se investigar a impressão tanto da estatística, quanto do mapa concluído por Müller em 1837. Sobre esse assunto, encontrou-se um ofício bastante revelador no Arquivo Público do Estado, datado de 24 de agosto de 1837, no qual o então secretário da Assembleia, tenente coronel Joaquim Floriano de Toledo, acusa o recebimento de ofício enviado por Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, então presidente da província, encarregando-o de litografar o mapa que Müller havia acabado de concluir. Porém,

Toledo o informa que não estava conseguindo litografar o mapa no Rio de Janeiro, por causa do tamanho deste, das condições climáticas do país e do custo de se litografar um mapa nestas condições:

“(...) nem o Governo tem conseguido fazer lytografar um mappa (...) na officina, q por sua conta tem estabelecido, e uma particular que existe apenas senão para caricaturas, e q por conseguinte impossível helytografar um mappa em parte tão grande, como o do q se trata. Consultando por pessoas entendidas, ellas me dizem que quando fosse mesmo possível este arranjo em diferentes pedras, que se reunissem, se poderia tirar somente 34 exemplares com o risco de apparecer no meio do trabalho algumas manchas, ficando por isso perdido o trabalho, e a despesa, o q hé muito fácil e mesmo tem acontecido, em rasão do grande calor e humidade do Pais, devendo de mais montar em grande soma a despesa. Ainda acresce que não se poderia jamais tirar hua (duplicação?)”. (AESP, “Ofícios”, Caixa 79).

Importante observar, portanto, que a ideia original do governo provincial era litografar o mapa preparado por Müller, e não imprimi-lo. Cabe lembrar que, àquela época a litografia era uma técnica bastante recente tanto no Brasil quanto na Europa. Segundo Cláudia Marino Semeraro, o Brasil conheceu a litografia logo após esta ter sido definitivamente introduzida nos países europeus. Em 1817, chamado por D. João VI, o artista de Bordeaux, Arnaud Julie Palière (1783-1862), chegava ao Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1822, Palière foi contratado como professor da Academia Militar já com uma oficina de litógrafo. O material litográfico teria vindo da Europa por encomenda do diretor do Arquivo Militar ao basileano Johann Jacob Steinmann (SEMERARO, 1979, p. 10). Contudo, como revela o ofício destacado acima, essa técnica não era recomendada em função do tamanho do mapa, da exígua quantidade de cópias que se poderia obter através desta técnica, da impossibilidade de duplicação uma vez concluída a operação e, em função das condições climáticas do país, da pobreza da qualidade final que resultaria o trabalho se, mesmo assim, se

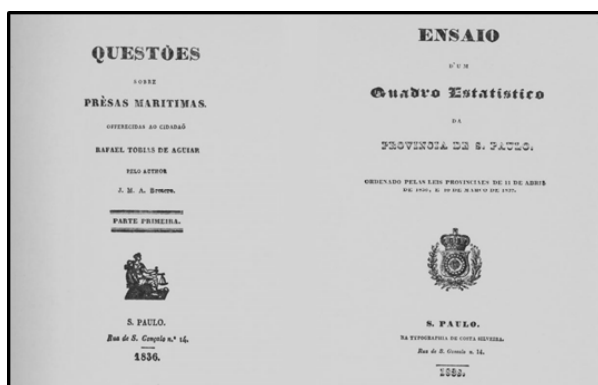


Fig. 5 - Frontispícios das obras de José Maria de Avelar Brotero (1836) e Daniel Pedro Müller (1838), impressas pela Tipografia de Costa Silveira. (SEMERARO, 1979, p. 211).

tentasse obter os mapas por este meio

Naquele mesmo ofício, Floriano de Toledo revela como foi aconselhado para que se obtivesse o mapa, justificando as vantagens de mandá-lo imprimir na França:

“(...) Julgam por tanto de mais vantagem reduzir-se o Mappa a três palmos de cumprimento, e dois e meio de largura, e então abrir-se hua chapa de cobre para tirar por meio delas quantas porções a quizerem, sendo a chapa conduzida para a Provincia, pois q ainda quando houvesse chapa do tamanho actual do Mappa, q não há nesta corte, viria a importar somente a abertura em 1600\$, e em França, attenta a baratesa da mão de obra em 1200\$. Preferem este expediente até por que havendo grandes espaços em claro no Mappa correspondentes aos lugares e sertões desconhecidos, parece mais conveniente abrir-se a chapa de cobre por que a todo tempo se pode emendar os erros, ou fazer acrescentamentos a proporção das descobertas de explorações que se realizarem n’esses lugares”. (AESP, “Ofícios”, Caixa 79).

O ofício acima, além de revelar os preços pagos para a impressão do mapa, também informa que o seu desenho teve as dimensões reduzidas e que foi enviado para que se abrisse uma chapa de cobre na França, pois além de não haver chapa no tamanho atual do mapa na corte, ainda seria mais barato prepará-la na França.

Também vale ressaltar a explicação apresentada no ofício pela preferência em se abrir uma chapa de cobre em lugar da litografia. Segundo o texto, a abertura da chapa de cobre seria a técnica mais indicada, pois esta permite que correções e acréscimos sejam feitos posteriormente conforme as expedições e colonizações do interior da província forem sendo realizadas. Tal operação é ainda mais facilitada pelo fato de o mapa contar com grandes espaços em branco nos assim chamados *sertões desconhecidos*.

Anos mais tarde, em 1840, como ainda não haviam retornado os mapas impressos da França, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto enviou um ofício a Manuel Machado Nunes, então presidente da Província, prestando contas

de suas atividades para a impressão do mapa:

“(...) sobre a encomenda do Mappa Corografico desta Provincia, cum-pre-me participar a V. Exa. que em 20 de Março de 1837 tendo dedicado me o Sñr marechal Daniel Pedro Muller para a commemoração de nossa antiga amizade, o Mappa referido e considerando enquanto era interessante na tal requisição para a Provincia recommendei ao Sñr. tenente coronel Toledo, que se achava no Rio de Janeiro, para o fazer lytografar ou naquela Corte, ou em França, cujo conseguimento foi paralisado pelos motivos mencionados nas ditas declarações ás quais inteiramente me refiro. (...) Finalmente tomei sobre mim não só a remessa do Mappa novamente para a França afim de ser gravado em chapa de cobre, mas também o acréscimo da despesa ali, visto ter-se conhecido que a quantia de 600\$00 consignada pela Fasenda Provincial era insufficiente, esperando ter a satisfação de entregar ao Governo oitenta ou cem exemplares do Mappa, justamente com a respectiva chapa para extrahirem-se as mais que convier (...)”.(AESP, “Ofícios”, Caixa 85).

Datado de 25 de junho de 1840, este ofício revela a data exata em que Daniel Pedro Müller concluiu o mapa, dedicando-o a Bernardo José Pinto Gavião Peixoto: 20 de março de 1837; o valor que a assembleia designou para a impressão do mesmo: 600\$00, valor esse que o presidente teve que complementar para dar conta da despesa de sua impressão, uma vez que o total designado pela assembleia era insuficiente. Por fim, também fica conhecida a quantidade de cópias a serem entregues tão logo os mapas retornassem da França: 80 ou 100 cópias, juntamente com chapa de cobre.

7. APRESENTAÇÃO DO MAPA AOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL

Em um ofício datado de 1842, portanto cinco anos após Müller ter concluído o desenho de seu mapa, e que atualmente encontra-se arquivado no acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o presidente da província solicitava ao secretário da assembleia

que apresentasse aos deputados o mapa feito pelo então já falecido marechal Müller:

“De ordem do Exmo. Sñr. presidente da Provincia tenho a honra de passar ás mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do Mappa Chorographico d’esta Provincia, desenhado pelo fallecido marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia. Vierão cem exemplares acompanhados da chapa em que foi aberto o mappa, e muitas pessoas tem querido comprar, mas sua Exa. não tem querido mandar vender, sem que a Assembléa tenha resolvido sobre o destino que devem ter ; por isso, V. S. terá a bondade de communicar me qualquer resolução que a mesma Assembléa tomar a respeito para conhecimento e direção do Governo”. (AH-ALESP, “Ofícios”, caixa 396, n.EE42.022).

Depois de apresentado aos deputados, estes tiveram que decidir o destino que seria dado às cópias que chegaram da França. Um parecer da Assembleia Provincial, datado de 03 de março de 1843, informa que:

“As comissões reunidas de Fazenda e Estatística, tendo em consideração o officio do governo, acompanhando um exemplar do mappa chorographico desta Provincia desenhado pelo falecido marechal Müller, mandado gravar em Paris, declarando o mesmo governo que vierão cem exemplares, bem assim a chapa em q forão abertos, q muitas pessoas as tem querido comprar, porém que não se julgando para isso habilitado pede portanto a essa Assembléa que delibere a este respeito o que mais convier. São por isso algumas comissões do parecer - que tirados tantos exemplares qto sejam necessários para ficar com 2 na secretaria do mesmo governo, 1 na secretaria do thesouro provincial, 3 na secretaria desta Assembléa, mais 7 para serem remetidos aos juizes de direito das sette comarcas. [ilegível] os demais [ilegível] fazer vender, por preço rasoável, qtos possão restar”. (AH-ALESP, “Pareceres”, caixa 396, n.EE43.014).

Desta forma, os deputados da Assembleia decidem distribuir alguns exemplares do mapa entre suas Secretarias e Comarcas e, embora justamente esta parte do parecer seja de difícil leitura por causa das rasuras, também autoriza a venda por preço razoável dos mapas que restarem. O parecer não informa quanto seria este preço razoável ou a quem se poderia vender ou qualquer outra notícia sobre o assunto.

Embora tivessem sido encomendados juntos, pela lei nº. 16 de 11 de abril de 1835, verificou-se que entre a impressão da estatística, em 1838, e a do mapa, em 1841, houve uma diferença de pouco mais de três anos. Normalmente encarados como peças complementares por intelectuais e políticos da época, o fato desta carta não ter sido impressa junto com a estatística com a qual foi encomendada, acabou determinando com que ambos viessem a ter “vidas próprias” após suas respectivas impressões, não só circulando separadamente por órgãos administrativos, coleções e bibliotecas, mas também sendo frequentemente tratados e analisados por pesquisadores como peças separadas, sem nenhuma conexão uma com a outra a não ser a autoria de Daniel Pedro Müller.

A análise separada desses objetos diminuiu a importância do contexto político que envolve a produção de ambos, especialmente quando se leva em conta apenas a data de impressão de estatística e mapa separadamente, e não a data da encomenda, meses após a abertura da Assembleia Provincial, em 1835. Como se buscou demonstrar, esses artefatos devem ser considerados produtos de uma sociedade politicamente marcada pela conquista de uma relativa autonomia administrativa e tributária, ambos com fim de aumentar o conhecimento que a elite política tinha da província que passariam a administrar a partir das novas condições determinadas pelo Ato Adicional, de 1834.

8. A CIRCULAÇÃO DO MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Logo após a distribuição do mapa tal como os deputados da Assembleia Provincial haviam decidido em 1843, encontrou-se pouca informação referente à circulação do mesmo, quer entre os órgãos administrativos provinciais,

quer em coleções e bibliotecas ao redor do Brasil e também no exterior.

No entanto, das primeiras cópias do mapa de Müller a circular, antes mesmo de ele ter sido apresentado aos deputados paulistas, foi uma oferecida ao IHGB pelo então presidente da província de São Paulo, Miguel de Sousa Mello e Alvim. Segundo ofício datado de 05 de outubro de 1841, e destinado ao secretário perpétuo do Instituto Histórico, o Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846).

“Chegando a pouco de Pariz, um mappa chorographico desta provincia desenhado pelo falecido marechal Daniel Pedro Müller, e mandado gravar por um de meus antecessores, e considerando-a eu o mais exacto dos que até o presente se tem feito, lembrei-me que seria agradável ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro, do qual me honro de ser membro, possuir um exemplar do referido mappa, e em consequência resolvi enviar a V. S^a para fazer presente ao Instituto o exemplar que a este acompanha em uma lata feixada e lacrada” (BNRJ, “Manuscritos”, Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, II, 27).

O cônego Januário da Cunha Barbosa, a partir de novembro de 1839, acumulou sua função de secretário perpétuo do IHGB, com a de bibliotecário da Biblioteca Pública da Corte, que anos mais tarde passou a se chamar Biblioteca Nacional. Tal fato talvez explique a razão pela qual atualmente o acervo do IHGB não disponha desta cópia, que lhe foi oferecida ainda em 1841, enquanto a Biblioteca Nacional tenha em seu acervo três cópias desta carta.

Além da cópia oferecida ao IHGB, também foi possível identificar outro exemplar que pertenceu a Antônio Moreira de Barros (1841-1896), ex-ministro das relações exteriores do Império do Brasil entre os anos de 1879-1880. Décadas após a impressão do mapa, Barros presenteou o exemplar que dispunha em sua coleção pessoal a ninguém menos que Sir Richard Francis Burton, para que este pudesse realizar melhor sua viagem ao interior da província paulista. Atualmente, esta cópia foi localizada na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*, nos Estados Unidos, na qual consta no verso uma dedicatória de Moreira de Barros a

Burton, que informa a data exata em que o mapa foi apresentado a este último: 14 de fevereiro de 1866.

Esse exemplar do mapa de Müller é único, pois está repleto de anotações pessoais do próprio punho de Sir Richard Francis Burton, incluindo uma série de correções de cursos e nomes de rios, acréscimos de fazendas, taperas e povoados, além da atualização de nomes e posições de estradas pelas quais, conforme o ilustre viajante ia atravessando, verificava a informação no mapa, e ia apontando as correções diretamente em sua cópia da carta.

Além das cópias mencionadas, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, coligido por Ramiz Galvão em 1881, traz uma referência de que o mapa de Daniel Pedro Müller foi exibido nessa exposição. Ali, na seção intitulada *Chartas geographicas, hydrographicas e topographicas*, o mapa aparece referido da seguinte maneira:

“19460 – Mappa chorographico da provincia de São Paulo des. por Daniel Pedro Müller, ... segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmittidos. Anno de 1837 & Grave par Alexis Orgiazzi (sic) &. Exp. Barão Homem de Mello”. (GALVÃO, 1981, p. 1634).

No ano de 1900, no quinto volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, anos 1899-1900, há uma sessão que dá conta do catálogo de livros impressos, manuscritos, mapas e jornais recebidos pelo Instituto Histórico durante o ano de 1900. Nessa relação, foi encontrada uma referência ao *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, pelo marechal Daniel Pedro Müller – 1837*. (REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1901, p. 388). Curiosamente, acredita-se ser este o mapa que hoje está disponível no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma vez que nesta cópia consta um carimbo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

É interessante notar que em 1922, oitenta anos após a apresentação dos mapas a Assembleia provincial, ano em que Taunay publica o mapa de Müller em sua *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*, este mapa já era “uma carta rara”, tendo o museu conseguido obter uma cópia através de permuta com a

Biblioteca Nacional (TAUNAY, 1922, p. 7).

Ao se pesquisar os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, verificou-se que no ano de 1920 aparece registrada a permuta entre a Biblioteca Nacional e o Museu Paulista, tal como informara Taunay, tendo esta última instituição recebido uma cópia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, em troca de um códice contendo o “*Registro de Requerimentos, nomeações e diversos papéis desde 15 de novembro de 1776 até 9 de julho de 1783 pertencentes à Companhia de Comércio e Navegação de Pernambuco e Parahyba*” (BNRJ, 1919-1920, p. 315-316). Acredita-se que esta seja a cópia que se encontra atualmente no acervo do Museu Paulista.

Portanto, além da réplica em fac-símile do mapa, encartado na *Collectanea* organizada por Taunay, localizou-se algumas instituições que ainda mantêm exemplares do mapa original em seus acervos. Em São Paulo, uma cópia encontra-se no *Arquivo Público do Estado de São Paulo* e outra no *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. Já no Rio de Janeiro, identificaram-se três cópias, todas disponíveis na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Fora do Brasil, localizou-se apenas uma cópia do mapa na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*, sediada na cidade de San Marino, Califórnia.

Desta forma, conclui-se a biografia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller. Tendo partido da análise do próprio mapa em si, em conjunto com informações provindas da pesquisa de outras fontes documentais, reconstituiu-se toda trajetória desta carta, desde o momento em que foi encomendada, passando por detalhes de sua produção, impressão e distribuição, culminando com alguns destaques de sua circulação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar no decorrer deste trabalho, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* foi resultado direto da atuação da Assembleia Legislativa Provincial que, a partir de sua instituição, em janeiro de 1835, passou imediatamente a sancionar leis que ordenaram não apenas a criação desse mesmo objeto, mas também de uma estatística e a de um Gabinete Topográfico, primeira escola de engenheiros construtores de estradas em São

Paulo.

Desta forma, em um momento onde o poder regional ganha relativa autonomia, tanto o mapa quanto a estatística são elaborados com o objetivo de fornecer à elite política o conhecimento necessário para que esta pudesse, mais do que bem governar, exercer o poder segundo seus interesses. É através destes objetos que essa elite passa, então, a ter informações mais atualizadas para o planejamento e administração provincial, tais como o número de habitantes que havia na província, o que e quanto se produzia nela, quais valores seriam arrecadados pelos impostos provinciais, qual o tamanho de sua força coercitiva, o estado da infraestrutura viária e, até mesmo, os limites conhecidos e de futura apropriação da própria Província, já que toda sua região noroeste ainda aparecia descrita no mapa como *Sertão desconhecido*.

Não é de outra forma que, apesar de demorar sete anos desde a ordem de sua execução, em 1835, até o momento em que passou a circular, em 1842, pode-se afirmar que este *artefato cultural* desempenhou um papel importante como instrumento para o exercício do poder regional, sendo utilizado, por exemplo, na definição de localidades onde o governo deveria construir estradas para escoar a produção até o porto de Santos, ou ainda, para circular o conhecimento geográfico de São Paulo e servir como referência para as reivindicações do que a elite política paulista entendia como divisas daquela Província em relação às vizinhas Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A comparação do mapa desenhado por Müller em 1837, com outros mapas manuscritos da então Capitania de São Paulo, produzidos no século XVIII, como o de Antônio Rodrigues Montezinho e João da Costa Ferreira, por exemplo, em conjunto com a análise do contexto político, econômico e social da época em que os mapas foram produzidos, fornecem indícios de que há uma mudança nos objetivos que levaram à produção cartográfica de São Paulo no período pré e pós-independência.

Se no século XVIII a cartografia de São Paulo é marcada pelo interesse da Coroa portuguesa em garantir sua possessão territorial em relação às colônias espanholas localizadas, principalmente, na região do Rio da Prata, – à época, fronteira com São Paulo – a

reconstituição do processo de produção do mapa de Müller demonstrou que as alterações no contexto político, social e econômico da província acabaram por mudar os objetivos e interesses da elite política paulista em relação à produção cartográfica da região. Mais importante do que garantir a posse do território, era conhecê-lo para melhor administrá-lo e, assim, exercer a relativa autonomia de poder recém-conquistada; mais além do que apontar a localização de vilas e povoados nas regiões de fronteira e registrar a localização dos fortes na costa e no interior da capitania, a encomenda da estatística e a maneira como Müller desenhou o seu mapa revelam uma grande preocupação com a ocupação do território, seu contingente populacional, a infraestrutura viária e comunicação com o porto de Santos, a produção agrícola do interior e a capacidade de expansão da ocupação do território no sentido oeste; por fim, mais do que importar agentes portugueses para produzir os mapas e estradas tão necessários para o escoamento da produção, a administração provincial determinou que se criasse uma escola de engenheiros topógrafos e construtores de estradas.

A reconstituição do processo de produção do mapa permitiu uma compreensão mais

aprofundada da própria carta em si e de todo o contexto social, político e econômico que determinaram a produção deste *artefato cultural*, isto é, a investigação do mapa a partir de outras fontes documentais permitiu, tal como dizia J. B. Harley, uma melhor leitura do texto cartográfico, já que “*todos los mapas están relacionados com el orden social de un período y un lugar específicos*” (HARLEY, 2005, p. 72).

Abaixo, a reprodução do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, concluído por Daniel Pedro Müller, em 1837, e impresso em Paris, em 1841.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Capes e a Fapesp pelo apoio financeiro, sem o qual a dedicação exclusiva necessária para a realização da pesquisa e seus desdobramentos não teriam sido possíveis, bem como a professora Dra. Iris Kantor, orientadora da dissertação de mestrado em fase de conclusão pela Universidade de São Paulo.

FONTES MANUSCRITAS

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Série: Legislação, Ofícios e Pareceres.



Fig. 6 - Mappa Chorographico da Província de São Paulo. (MÜLLER,1837, 1 mapa: 148 x 140 cm).

Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.

Arquivo do Estado de São Paulo

Fundo Segov e série Offícios Diversos.

Listas Nominativas de Habitantes da Cidade de São Paulo, 1802-1831.

Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Série: Processos de ex-alunos. Escola do Exército. Daniel Pedro Müller, maço nº 1, processo nº 58.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Fundo Conselho Ultramarino e série Brasil

– São Paulo.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 59.

MULLER, Daniel Pedro. *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*. [c. 1815]. 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção Instituto Histórico, lata 141, pasta 69.

FONTES IMPRESSAS

CHICHORRO, M. da C. de A. S. Memória em que se mostra o estado economico, militar e politico da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. eExm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil**, t. 36, parte 1, 1873, pp. 197-267.

EGAS, E. & MELLO, O. M. (orgs.). **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1835-1836**. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1926, pp. 54-63.

EGAS, E. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1838-1839**. São Paulo: Typografia Piratininga, 1923, p. 63.

_____. **Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889**. São Paulo: Secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", v.1, 1926, p. 58.

GALVÃO, R. (org.). **Catálogo da exposição de História do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. Tomo III, p. 1634.

MÜLLER, D. P. **Mappa Chorographico da**

Província de São Paulo. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa: 148 x 140 cm.

_____. **Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837**. Reedição litteral. São Paulo: secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", 1923, 266p.

MUSEU PAULISTA. **Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga.(Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragolle Taunay)**. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p. 2, 30 ago. 1841.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. V, 1899-1900. São Paulo: Typografia do "Diário Oficial", 1901, p. 388.

SÃO PAULO (Província). **Lei n. 10, de 24 de março de 1835**. Cria nesta capital um gabinete topográfico. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

SÃO PAULO. **Lei n. 11, de 24 de março de 1835**. Determina o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem, atravessando a Serra do Mar nesta Província, ou seguindo para o Rio de Janeiro, para cobrança da taxa que deverá ser aplicada às obras das mesmas estradas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.11,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2012.

SÃO PAULO (Província). **Lei n. 16, de 11 de abril de 1835**. Autoriza o governo a despender o que for necessário para a redação e impressão da estatística da província. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio histórico dos membros do Instituto fallecidos no terceiro anno social. In: **Revista Trimensal de História e Geografia**, v. 3, t. 3, 1841, p. 542-543.

OBRAS DE REFERÊNCIA

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** ...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

DANIEL P. M. In: **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. vol. XVIII, p. 114.

LAGO, L. **Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938, pp. 24-25.

OLIVEIRA, C. de. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, p. 89.

PINTO, L. M. da S. **Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, s/p.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. **Dicionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 2, pp. 160-161.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. B. do. **O bairro de Pinheiros**. 3ª ed. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985, p. 60. (História dos Bairros de São Paulo; 2).

BUENO, B. P. S. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAVENAGHI, A. J. **Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)**. São Paulo, 2004. 313 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DOLHNIKOFF, M. **Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)**. São Paulo, 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FRANCO, F. de A. C. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: **Revista do Instituto de Estudos Genealógicos**. São Paulo, ano 3, n. 5, pp. 28-31, jan./jun. 1939.

HARLEY, J. B. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2005, pp.59-78.

MARQUES, M. E. de A. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, v. 1, p. 212-213.

MATTOS, I. R. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBÓ, E. R.; VARGAS, H. M. & MARTÍN, Pere Sunyer. **La integración del território em uma idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946**. Cidade do México: UNAM, 2007, pp. 589-608.

MENESES, U. T. B. de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, J. de S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. (Org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2005, pp. 33-56.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005, pp. 63-73.

RUIZ, J P. A concepção política do território e a construção do Estado espanhol: cartografia, cadastro e administração. In: ALMEIDA, P. T. de & BRANCO, R. M. C. **Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)**. Lisboa: Horizonte, 2007, pp. 183-202.

SANT’ANNA, N. O obelisco do Piques. In: **Metrópole**. (Vol. 2) São Paulo: Departamento de Cultura, 1952, pp. 65-69.

SEMERARO, C. M. Início e desenvolvimento da tipografia no Brasil. In: MASP. **História da Tipografia no Brasil**. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, pp. 5-21.

SYLLOS, H. de. Introdução. *In*: MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de**

11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, pp. VII-XXX.

TAUNAY, A. d'E. Mappa Corographico da Provincia de São Paulo. *In*: MUSEU PAULISTA. **Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga.(Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'EscragnolleTaunay).** São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

_____. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio.** Rio de Janeiro, anno II, n. 21, Mai. 1936, pp. 354-366.